

UM MODELO POLÍTICO-ECONÓMICO PARA PORTUGAL

Paulo Brito (*), Nuno Cassola (*), Ana Maria Dias (**), José Silva Pereira (*), Filomena Santos (***) e João Andrade e Silva (*)

Introdução

O artigo que se apresenta constitui a síntese de um trabalho mais desenvolvido (1) em que se pretendeu dar uma contribuição para a formulação e teste de um modelo de interacção entre a economia e a política aplicável a Portugal.

O período escolhido — do I Governo Constitucional até meados de 1983 — corresponde a uma relativa estabilidade estrutural da sociedade portuguesa após as transformações de 1974/1975.

Pensamos que esta estabilidade permite encarar a aplicação do «paradigma» dos modelos político-económicos ao nosso país (2). No entanto, a realidade portuguesa torna insuficiente e inadequada uma mera transposição destes modelos, sendo necessário introduzir-lhes algumas alterações conceptuais: quanto à concepção do sistema político e à sua relação com a economia; quanto à concepção da política económica.

1 — O sistema político e a sua relação com a economia

Os sistemas políticos dos países mais estudados através destes modelos apresentam características que permitem utilizar como variáveis políticas o voto ou os índices de popularidade, já que a conquista do poder político está directamente relacionada com vitórias eleitorais.

O sistema político português apresenta, porém, algumas particularidades: é um regime semipresidencialista, não existe bipartidarismo nem alternância de coligações maioritárias estáveis no poder, a democracia parlamentar é recente.

Parece-nos por isso que na formalização do modelo há que considerar que o seu funcionamento é dotado de *autonomia própria*, com fenómenos pró-

(*) Assistente do ISE.

(**) Técnica do IACEP.

(***) Técnica dos CTT.

(1) Trabalho realizado no âmbito da cadeira Política Económica Portuguesa do 2.º curso de mestrado em Economia do ISE sobre as interacções entre a economia, a política e a política económica em Portugal (1976-1983), concluído em Junho de 1984.

(2) Para uma introdução ao «paradigma» ver o artigo de Francisco Pereira de Moura, «Ciclos políticos e modelos político-económicos», publicado em *Estudos de Economia*, vol. 1, Maio-Agosto, 1981.

Outras referências sobre o mesmo assunto: Frey (1978 e 1979), Frey e Schneider (1981), Pommerhne, Schneider e Lafay (1981), Lafay (1981).

prios, tornando-se importante considerar as interacções internas ao sistema político. A influência da economia sobre o sistema político (e sobre o Governo) não se exerce apenas através dos eleitores; há uma particular ligação entre o poder político e os interesses económicos (que são representados pelos grupos de pressão).

2 — A concepção da política económica (PE)

Nos modelos político-económicos a PE é fundamentalmente analisada através do accionamento dos instrumentos e resulta da combinação de uma certa inércia com uma política deliberada.

As hipóteses consideradas habitualmente sobre a política deliberada são:

- *PE expansionista* para a manutenção no poder, se este estiver ameaçado, tendo em conta a proximidade eleitoral e o nível de popularidade do Governo;
- *PE ideológica* de ataque à inflação por parte dos partidos de direita (com utilização preferencial de instrumentos monetários) e de ataque ao desemprego por parte dos partidos de esquerda (com utilização preferencial de instrumentos orçamentais e fiscais).

A *inércia* na utilização dos instrumentos da PE depende essencialmente da acção de outros agentes, para além do Governo e dos eleitores, tais como a Administração Pública, o banco central e os sindicatos.

No caso português a concepção da PE deverá ter em conta que a *natureza do sistema político* obriga a uma política económica de manutenção no poder diferente e dificulta, ou mesmo impede, o prosseguimento de políticas ideológicas. Além disso, a acção dos *grupos de pressão* condiciona a PE quer na utilização dos instrumentos quer na formulação de objectivos. Por último, deve ter-se ainda em consideração a distinção entre PE desejada e PE realizada, que não é considerada nos modelos político-económicos.

O modelo geral de interacção entre a economia e a política que a seguir se propõe pretende traduzir precisamente as particularidades assinaladas.

O modelo

1 — O sistema político

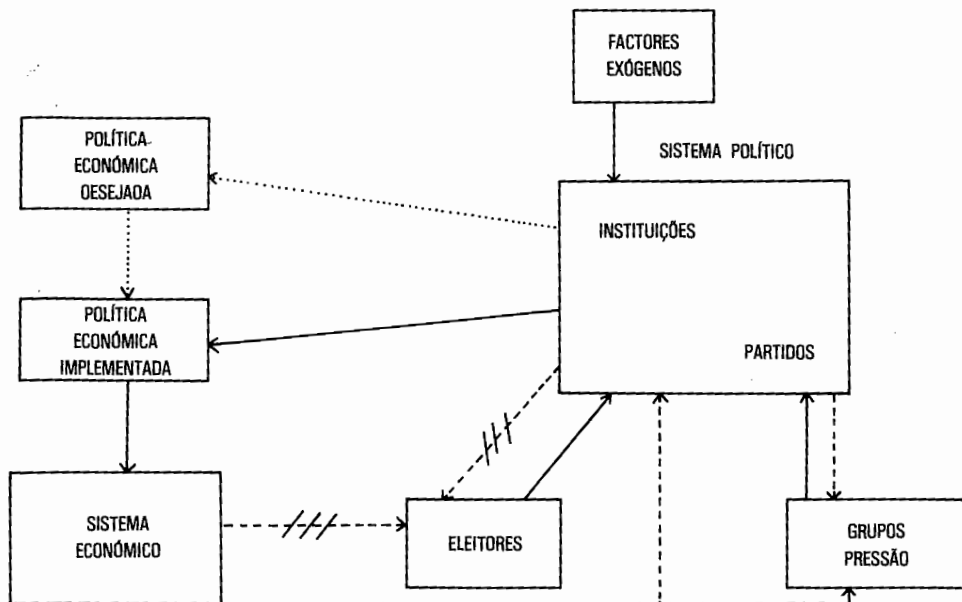
1.1 — Os elementos do sistema político

O sistema político é constituído por dois elementos: as *instituições* e os *partidos*.

Consideramos três *instituições*: o Governo, a Assembleia da República (AR) e o Presidente da República (PR). Estas constituem uma *estrutura estável* definida constitucionalmente, que delimita as regras e os lugares do jogo político.

Os *partidos* formam um complexo multipartidário no sentido em que não há alternância simples de partidos (ou coligações) no poder ⁽³⁾.

ESQUEMA GERAL DO MODELO



-----> Fluxos de informação.

--///-> Informação filtrada.

————> Acções/votos.

.....> Influências.

1.2 — O funcionamento do sistema político

Apenas duas instituições são centros de poder directamente legitimados pelo voto: o PR e a AR.

A formação e a composição de governos não é necessariamente determinada pelos resultados eleitorais, já que não há uma correspondência obrigatória entre a maioria na AR (absoluta ou relativa), Governo (cuja nomeação depende do PR) e PR.

⁽³⁾ Dado o carácter do nosso trabalho, consideraram-se apenas dois partidos, o PS e o PSD, por nos parecer que constituíram os elementos decisivos na formação dos governos constitucionais.

Em princípio, não há concorrência entre os diversos centros de poder político; uma intervenção activa e directa do PR será mais uma consequência do não funcionamento do jogo partidário do que a afirmação de um projecto autónomo.

No entanto, o PR pode ter uma actuação relativamente independente face aos partidos e surgir em certos momentos como um elemento bloqueador da actividade legislativa da AR e do Governo.

As eleições e os seus resultados são apenas um primeiro momento de um complexo jogo político — no qual estão envolvidos diversos agentes cuja definição e comportamento desenvolveremos ao longo dos pontos seguintes.

2 — Os agentes

2.1 — Os eleitores

Existem diversos grupos de eleitores (n). Cada grupo (j) de eleitores é constituído por um conjunto homogéneo de indivíduos com as seguintes características:

- i) Recebem em cada período (t) fluxos de informação económica (I_t^j), política (I_t^j). Esta informação é uma imagem filtrada e parcial da situação actual. Filtrada porque os eleitores não têm capacidade de tratamento autónomo da informação. Esta é-lhes veiculada pelos grupos de pressão, pelos partidos e pelo Governo. Parcial porque os eleitores só se interessam pela informação que mais directamente lhes diz respeito, ou seja, a que lhes interessa dada a sua situação particular. Na informação usada pelos eleitores têm mais importância os fluxos recentes que os passados (miopia);
- ii) No momento t formam expectativas (E_{t+1}^j) sobre a situação do sistema económico no período seguinte, a partir dos fluxos de informação que recebem;
- iii) Possuem uma distribuição probabilística *a priori* de votos em cada partido (P_t^j) que tem algum grau de instabilidade;
- iv) Confrontam a situação esperada do sistema económico com a situação actual «filtrada». Designaremos a diferença entre ambas por frustração económica (FE_{t+1}^j):

$$FE_{t+1}^j = E_{t+1}^j - I_{t+1}^j \begin{cases} FE_{t+1}^j > 0 \text{ «Esperava mais do partido no poder»} \\ FE_{t+1}^j < 0 \text{ «Esperava menos do partido no poder»} \end{cases}$$

- v) A estabilidade das distribuições probabilísticas *a priori* de votos do grupo de eleitores j é tanto menor quanto mais elevada for (em módulo) a FE^j ponderada pela influência de I^j (\widehat{FE}^j).

- iv) Confrontam a situação actual do sistema económico — nos aspectos que lhes dizem respeito — com a situação esperada. Chame-mos à diferença (*DE*) *défice estratégico*:

$$DE_{t+1}^i = E_{t+1}^i - I_{t+1}^i$$

Confrontam a situação actual do sistema político com a situação esperada, nos aspectos que mais lhes dizem respeito. Chame-mos à diferença (*DT*) *défice tático*:

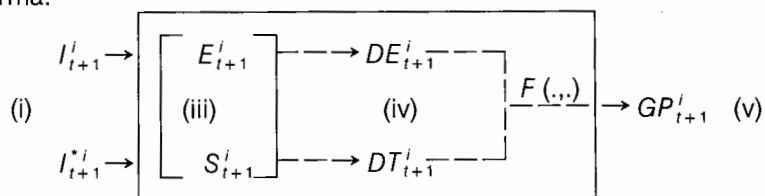
$$DT_{t+1}^i = S_{t+1}^i - I_{t+1}^i$$

- v) A actuação do grupo de pressão *i*, dirigida em três direcções, não é constante.

O tipo e intensidade das acções podem variar de período para período, em função da natureza e intensidade dos défices estratégicos e táticos.

$$GP_t^i = F(DE_t^i, DT_t^i)$$

Podemos esquematizar o que foi apresentado da seguinte forma:



2.3 — Os partidos

Os partidos são organizações com identidade própria, de carácter multi-dimensional, que actuam no sistema político utilizando meios políticos.

Os *objectivos* globais dos partidos são:

Alcançar o máximo de *hegemonia potencial* ao nível das instituições e partidos através dos votos dos eleitores; alcançar o máximo de *hegemonia real* ao nível do sistema político no seu conjunto pela capacidade de adicionar à primeira a formulação de *objectivos* para os sistemas económico e político, que minimizem as influências dos grupos de pressão prejudiciais à sua hegemonia. Alcançando *hegemonia real*, o partido encetará uma política ideológica própria.

No seguimento do nosso trabalho distinguiremos o(s) partido(s) no poder e o(s) partido(s) na oposição. As possibilidades de interferência de um(ns) ou outro(s) no sistema político-económico são muito diferentes.

O partido no poder pode caracterizar-se por dispor de *algumas vantagens* e *algumas desvantagens* face aos seus concorrentes.

Vantagens, dado que, pelo controle que exerce sobre o Governo, pode actuar directamente sobre o sistema económico utilizando os instrumentos da política económica.

Observe-se em primeiro lugar que esta actuação está sujeita a várias *restrições*: uma delas é a necessidade de estabilização conjuntural que pode ser contraditória com a prossecução de objectivos ideológicos.

Desvantagens, na medida em que passa a ser o centro privilegiado de convergência de um leque variado e intenso de pressões (que podem tornar difícil a compatibilização dos diversos interesses em jogo).

Além disso, o partido no poder está sujeito a um *desgaste*, cuja intensidade varia com a situação política e económica observada durante o mandato.

Em termos mais formalizados o partido no poder:

- i) Possui duas ordens de *preferência*: uma por *estados da economia* e outra por *estados do sistema político*, sendo E^{PPO} e S^{PPO} , respectivamente, as situações mais preferidas;
- ii) Recebe *fluxos de informação* económica e política e *pressões dos grupos* (GP_t^{PPO}). A informação é completa e transparente, pelo que corresponde exactamente à situação actual do sistema económico (ER_t) e político (SPR_t);
- iii) Aprecia os fluxos económicos e políticos comparando SPR_t e ER_t com as respectivas ordens de preferência, avaliando a diferença entre os estados mais preferidos e os actuais.

Designemos, respectivamente, as diferenças:

$$E^{PPO} - ER_t = DRE_t^{PPO}$$

$$S^{PPO} - SPR_t = DRP_t^{PPO}$$

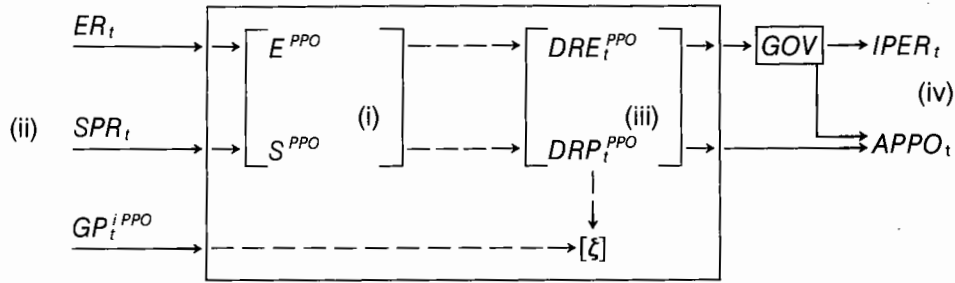
por *défice de realização económica* e *défice de realização política* do partido no poder. A *conflitualidade interna* do partido será função daqueles défices e das acções dos grupos de pressão:

$$\xi = \xi(DRE_t^{PPO}, DRP_t^{PPO}, GP_t^{PPO});$$

- iv) Responde com *fluxos de acção* política e económica, cujo *tipo*, *direcção* e *intensidade* dependem dos défices definidos anteriormente e das acções dos *grupos de pressão*:

- Fluxos de acção económica ($IPER_t$): medidas de *política económica* encetadas pelo Governo;
- Fluxos de acção política ($APPO_t$): actuações nas instituições e nos partidos, sobre os eleitores e sobre os grupos de pressão, no sentido de aumentar o seu grau de hegemonia global ou de diminuir o grau de instabilidade do sistema político.

Podemos esquematizar o que foi dito da seguinte forma:



2.3.2 — Partido na oposição

i) Possui duas ordens de preferência, uma por estados de economia e outra por estados do sistema político, sendo E^{POP} e S^{POP} , respectivamente, as situações mais vantajosas.

ii) Recebe fluxos de informação económica (ER_t) e política (SPR_t) e acções dos grupos de pressão ($GP_t^{i POP}$).

iii) Aprecia os fluxos económicos e políticos comparando ER_t e SPR_t com as respectivas ordens de preferência, avaliando a diferença entre os estados mais preferidos e os actuais.

Designemos, respectivamente, as diferenças:

$$E^{POP} - ER_t = DRE_t^{POP}$$

$$S^{POP} - SPR_t = DRP_t^{POP}$$

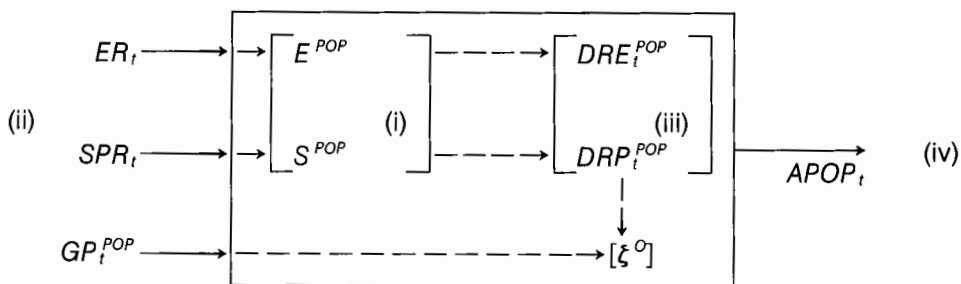
por *penalização económica* e *penalização política* do partido da oposição.

A conflitualidade interna do partido na oposição será função daquelas penalizações e da acção dos grupos de pressão:

$$\xi^O = \xi^O(DRE_t^{POP}, DRP_t^{POP}, GP_t^{i POP})$$

iv) Responde com fluxos de acção política ($APOP$), cujo *tipo*, *direcção* e *intensidade* depende das *penalizações* referidas e cujos efeitos se farão sentir na morfologia do sistema político.

Podemos esquematizar o que foi dito da seguinte forma:



2.4 — Os fluxos de informação

Podemos sintetizar no seguinte quadro as características da informação utilizada e as expectativas formadas por cada tipo de agente considerado:

Agentes	Expectativas/Preferências	Informação
Eleitores	Expectativas económicas	{ Filtrada (a). Parcial. Míope (b).
Grupos de pressão	{ Expectativas económicas	{ Não filtrada. Parcial. Não míope.
	{ Expectativas políticas	
Partidos	{ Preferências económicas	{ Não filtrada. Total. Não míope.
	{ Preferências políticas	

(a) Por acção dos grupos de pressão e dos partidos.

(b) Considera-se que há miopia quando é dada maior importância à informação recente relativamente à informação passada.

3 — O sistema económico

Uma das componentes do nosso modelo é o sistema económico. A sua importância é diversa.

Por um lado funciona como um *elemento condicionador* dos comportamentos de todos os agentes: eleitores, grupos de pressão e partidos devido aos fluxos de informação que recebem, às expectativas que formam e às preferências que estabelecem.

Por outro lado é objecto das acções, um meio para atingir fins:

- Pela formação de *estratégias* e pelo desencadear de acções dos grupos de pressão;
- Pelas acções de *política económica* do Governo.

Admite-se como hipótese que só os eleitores é que não dispõem de um *modelo económico*. Tanto os partidos como os grupos de pressão têm um ou mais modelos económicos através dos quais realizam a *coerência* dos pares *objectivos* (situações esperadas ou preferidas) e *instrumentos*.

Este tratamento do sistema económico é manifestamente simplificador. Para nós, ele vai funcionar como «caixa preta», não nos preocupando nesta se o estudo dos mecanismos/tempos de transmissão instrumentos-objectivos.

4 — A política económica

Vamos ampliar as hipóteses estabelecidas sobre o comportamento dos agentes. Cada grupo de eleitores, grupo de pressão ou partido tem uma certa *ordem de preferência pelo accionamento dos instrumentos* de política económica, associada a cada expectativa/estado desejado da situação do sistema económico.

Sejam:

$$IPE_t^j, IPE_t^i, IPE_t^{PPO}, IPE_t^{POP}$$

os instrumentos de política económica, cujo accionamento no momento t é mais desejado, respectivamente, pelo grupo j de eleitores, grupo de pressão i , partido no poder e partido na oposição.

A política económica tem dois momentos distintos:

- *Na fase de formulação* definem-se um conjunto de objectivos e instrumentos, cujo accionamento é necessário para atingir os primeiros;
- *Na fase de execução*, composta de diversos momentos mais ou menos afastados uns dos outros, são de *facto* accionados os instrumentos de política económica.

4.1 — A fase de formulação

A principal restrição à formulação dos objectivos da política económica é o grau de hegemonia do *PPO* sobre o sistema político. Neste sentido, o Governo (ou seja o *PPO*) deve tomar em conta, na formulação da política económica, o conjunto dos interesses sociais — eleitores e grupos de pressão — e isto tanto mais quanto menor for a sua hegemonia no conjunto do sistema político.

Os *objectivos de política económica* expressos pelo Governo (E) resultam de tomar em consideração, de forma desigual, os seguintes aspectos:

- i) Necessidade de estabilização conjuntural (C);
- ii) Preferências do partido no poder (E^{PPO});
- iii) Acções desenvolvidas pelos grupos de pressão (GP_t^i);
- iv) Proximidade ou não de eleições (PEL);
- v) Necessidade ou não de ter em conta as preferências do partido na oposição (E^{POP});
- vi) Manifestação de factores exógenos (ϵ).

Em termos formais os objectivos da política económica são, respectivamente, função de:

$$E_t = \Psi(C, E^{PPO}, GP_t^i, PEL, E^{POP}, \epsilon)$$

Nesta função podem definir-se várias elasticidades que nos indicarão a *importância relativa de cada factor* na determinação dos objectivos da política económica e a *sensibilidade* desta às variações daqueles factores.

A escolha dos *instrumentos a accionar (IPE)* e a sua dosagem resultam de um processo de arbitragem da *mesma natureza* do referido para os objectivos.

Em termos formais, o Governo accionará os instrumentos da política económica em função de:

$$IPE_t = \Omega (C, IPE^{PPO}, GP_t^i, IPE^{POP}, \epsilon)$$

Mesmo considerando a hipótese de *coerência* entre cada par objectivos-instrumentos, para cada agente, podemos ter uma situação final *globalmente incoerente* dada a autonomia das funções Ψ e Ω .

Faremos a hipótese simplificadora de que as elasticidades reflectem o mesmo tipo de fenómenos políticos e a mesma intensidade de influência, mantendo-se a *coerência global*.

4.2 — A fase de execução

A *execução da política económica* é o accionamento efectivo dos instrumentos de política económica (*IPER*) para conseguir a realização dos objectivos (*ER*).

Entre a fase de formulação e durante a fase de execução podem dar-se algumas modificações na situação económica e política:

- Uma *evolução* real da situação económica que obrigue a reajustamentos dos objectivos da política económica;
- Uma *alteração* das expectativas e ou preferências dos agentes, factor que não consideramos muito plausível no contexto de curto prazo em que nos situamos;
- Alterações no grau de hegemonia política;
- Proximidade das eleições;
- Alterações significativas das *acções* dos grupos de pressão;
- Modificação dos condicionalismos externos.

Ter-se-á então uma *nova definição* de objectivos de política económica:

$$E_t^e = \Psi^e (C, E^{POP}, GP_t^i, PEL, E^{POP}, \epsilon)$$

que obrigará à escolha de um *novo pacote de instrumentos a accionar*:

$$IPER_t^e = \Omega^e (C, IPE^{PPO}, GP_t^i, PEL, IPE^{POP}, \epsilon)$$

Relativamente a estas novas funções podem definir-se elasticidades que poderão ser diferentes das anteriores. Estas diferenças explicar-se-ão:

- Pelas alterações do sistema político e do seu impacte sobre a importância de cada um dos argumentos das funções;
- Pelas variações do horizonte da política económica;
- Pelas variações dos comportamentos dos agentes.

É a manipulação destes instrumentos de política económica que torna possível a acção do Governo sobre o sistema económico, influenciando assim indirectamente o sistema político.

4.3 — O grau de execução

O grau de execução da política económica (GPE_t) pretende medir o nível de prossecução da política económica desejada num dado período.

Em termos do nosso modelo, isto corresponde a medir o afastamento de E_t em relação a ER_t , bem como de IPE_t em relação a $IPER_t$.

Estamos de novo perante uma simplificação de processos. Por exemplo, não tomamos em consideração a multidimensionalidade da política económica e, portanto, o facto de se poderem atingir *alguns* objectivos e não outros.

Face ao objecto do nosso estudo, limitamo-nos a focar um aspecto essencial — em que medida é que as *condicionantes* da política económica se alteraram entre a formulação e a execução da mesma e quais são os elementos explicativos mais importantes.

Formalizando, podemos dizer que o grau de execução da política económica é função:

$$GPE_t = f_1 [(E_t / ER_t) / (E_t^e / ER_t)] + f_2 (dC, dE^{PPO}, dGP_t^i, dPEL, dE^{POP}, d\epsilon)$$

- i) Do realismo dos objectivos da política económica nas fases da formulação e execução;
- ii) Da alteração dos objectivos do Governo, condicionados pela evolução conjuntural;
- iii) Da variação da capacidade do PPO, dos GP, e do POP influenciarem a política económica entre a sua formulação e a execução quer em termos de definição de objectivos quer em termos de accionamento dos instrumentos;
- iv) Da proximidade eleitoral;
- v) Das variações que se verificam na forma, tipo e intensidade das influências exógenas.

Os testes empíricos

Os testes empíricos efectuados foram, por um lado, *parciais* — na medida em que só se procurou testar aspectos particulares do modelo — e, por outro lado, *indirectos*, já que não se testaram exactamente as relações do modelo, mas apenas a ligação entre algumas das suas variáveis.

Antes de se avançar na construção de qualquer equação teve de proceder-se a uma calendarização do período em estudo. Com base na informação recolhida em dois semanários, indentificaram-se pontos de viragem/alteração da

situação política, procurando-se a maior objectividade possível na sua determinação. Posteriormente procedeu-se à periodização, tendo presente dois aspectos metodológicos importantes:

- i) A necessidade de obter um número suficiente de períodos para permitir estimações econométricas;
- ii) A necessidade de construir períodos que não tivessem duração muito diferente para permitir, por um lado, a adaptação das variáveis económicas à periodização política e por outro a utilização do método dos mínimos quadrados ⁽⁴⁾.

As datas limites de cada período, bem como os pontos de clivagem mais significativos, constam do anexo 1.

Construíram-se e estimaram-se duas funções: a primeira (1) procurando explicar a situação do sistema político e a segunda (2) procurando medir o grau de execução da política económica; obtiveram-se os seguintes resultados:

$$(1) \quad IP = 245,18 + 0,15 \text{ BTCA} - 3,08 \text{ TxC} - 1,87 \text{ IPI} - 8,77 \text{ Pel}$$

$$\quad \quad \quad (4,87) \quad \quad (-2,05) \quad \quad (-2,81) \quad \quad (-3,44)$$

$$n = 25 \quad \quad DW = 1,76 \quad \quad R^2 = 66,7\% \quad \quad F = 10,0$$

$$(2) \quad GPE = 5,177 - 0,02 \text{ IP} + 0,386 \text{ FMI} + 0,249 \text{ CInt} + 1,827 \text{ PS}$$

$$\quad \quad \quad (-3,26) \quad \quad (3,15) \quad \quad (4,414) \quad \quad (3,69)$$

$$n = 25 \quad \quad DW = 2,05 \quad \quad R^2 = 66,0\% \quad \quad F = 9,711$$

(t de Student entre parêntesis debaixo dos parâmetros estimados)

onde:

IP — Indicador de instabilidade política na óptica do poder, construído em duas fases:

- 1.ª fase — Construção de 4 séries elementares (GOV, GAR, PPO e POP) através das quais se procurou traduzir os diversos estados de alguns subsistemas de maior importância — situação interna do Governo, relações Governo-Assembleia da República, tensão no partido no poder e no partido na oposição (relembremos que só tivemos em conta o PS e o PSD). Os critérios seguidos e os valores encontrados constam do anexo 2;

⁽⁴⁾ Tendo os períodos duração variável, poder-se-ia pensar na utilização do MMQ ponderados. Porém, não optámos por esta via devido ao facto de existir maior intensidade de fenómenos políticos nos períodos mais curtos, o que torna «lícito» dar-lhes maior ponderação relativa.

2.ª fase — Agregação destes indicadores pela fórmula ⁽⁵⁾:

$$IP = \frac{1 \times GOV + 6 \times GAR + 3 \times PPO - 3 \times PÓP}{7} \times 10$$

PeI — Indicador de proximidade eleitoral — variável qualitativa que traduz 3 situações distintas:

- Valor 0: não há eleições em perspectiva;
- Valor 1: eleições não legislativas a curto prazo ou eleições legislativas em perspectiva eventual;
- Valor 2: eleições legislativas a curto prazo.

PS — Indicador de presença do Partido Socialista no Governo (valor 1) ou da sua ausência (valor 0).

BTCA — Balança de transacções correntes em 10⁶ dólares — valor médio mensal do período político (para passar de valores trimestrais a mensais, admitiu-se que o valor de cada mês era um terço do valor do trimestre respectivo). Valores corrigidos da sazonalidade, desfasamento zero.

TxC — Taxa média de evolução mensal programada ⁽⁶⁾ do escudo em cada período político. Desfasamento de três meses. Valor negativo = desvalorização.

IPI — Índice de produção industrial geral — *ratio* médio (em cada período político) dos valores corrigidos da sazonalidade em relação à tendência. Desfasamento de três meses.

FMI — Grau de intervenção do Fundo Monetário Internacional na política económica portuguesa — variável qualitativa que assume os valores seguintes:

- 0 — Não intervenção;
- 1 — Relatórios, negociações, viagens, recomendações;
- 2 — Atritos, adiamento de negociações;
- 3 — Acordos pontuais;
- 5 — Cartas de intenções.

Clnt — Comércio internacional — desvios percentuais do índice (em volume e corrigido da sazonalidade) das importações da Europa Ocidental em relação a uma tendência exponencial.

⁽⁵⁾ Para determinados períodos, o indicador PPO não assume nenhum valor (governos de iniciativa presidencial) bem como GAR (Assembleia da República dissolvida). Neste caso o seu peso foi repartido proporcionalmente pelos restantes indicadores com ponderação positiva.

⁽⁶⁾ Taxa de depreciação mensal do escudo (ITCE) anunciada pelo Banco de Portugal.

GPE — Grau de execução da política económica anunciada — na impossibilidade de construir um indicador directo por falta de quantificação dos objectivos anunciados pelos diversos governos, realizou-se um inquérito a um conjunto de pessoas com conhecimento aprofundado da evolução da política económica portuguesa. Foi-lhes pedido que avaliassem, numa escala de 0 a 10, o grau de execução da política económica anunciada em cada período político, independentemente da adequação dessas medidas.

Obtiveram-se 11 respostas com as quais se construiu um indicador sintético, utilizando para cada período político a média dos valores propostos, com eliminação dos valores extremos quando estes não eram repetidos (7).

Os resultados das estimações são estatisticamente aceitáveis, a não ser talvez o valor da estatística de Durbin-Watson da 1.ª equação, que cai na zona onde o teste não é conclusivo, mas muito próximo da zona desejada (a partir de 1,77).

A interpretação dos sinais dos parâmetros da 1.ª equação nem sempre é imediata, parecendo necessário fazer duas considerações:

- i) Os sinais da *BTC* e da *TxC* são opostos, o que sugere a existência de reacções diferentes no campo político à deterioração destas variáveis (a que pode não ser alheio o facto da *TxC* ser um instrumento de *PE* directamente controlado pelo Governo).

O sinal do parâmetro estimado para a *TxC* poderá eventualmente explicar-se por uma conjugação de acções de diversos grupos de pressão, opondo-se ao grupo exportador, para quem a *TxC* seria assimilável a uma variável objectivo (o desfasamento de 3 meses parece ir no sentido da existência de um tempo de reacção).

O caso *BTC* é mais curioso visto sugerir que face a uma degradação do défice a instabilidade política tende a baixar, isto é, jogará como um factor de amortecimento de tensões (conclusão que necessitava de um estudo mais desenvolvido);

- ii) Os sinais de *IPI* e de *PEL* não apesentam surpresa. Uma melhoria do *IPI* conduz a uma redução da tensão política. Note-se que o indicador de tensão política, pela forma como foi construído, tende a baixar com a proximidade eleitoral. De facto, quando se aproximam as eleições, os governos tendem a ocupar-se apenas da gestão corrente (e conseqüentemente diminuem as suas tensões internas), a Assembleia encontra-se dissolvida e os conflitos internos dos partidos tenderão a compensar-se.

(7) Procedemos a outras construções, moda, média sem eliminação, etc., sendo os resultados obtidos semelhantes.

Os sinais dos parâmetros da equação (2) não oferecem grandes problemas de interpretação, exceptuando talvez o da variável PS. Esta variável indica que, quando o PS está no Governo, o grau de cumprimento da política económica *anunciada* tende a ser, *ceteris paribus*, cerca de 18 % maior.

Uma ilustração dos resultados desta equação pode ser visto nos quadros seguintes.

Grau estimado de execução da política económica

$IP = 1,43$ (mín.) $C_{int} = 0$	Sem intervenção do FMI	Com acordos pontuais	Com carta de intenções
Com PS no Governo	69 %	81 %	89 %
Sem PS no Governo	51 %	63 %	70 %

$IP = 62,86$ (máx.) $C_{int} = 0$	Sem intervenção do FMI	Com acordos pontuais	Com carta de intenções
Com PS no Governo	37 %	49 %	57 %
Sem PS no Governo	19 %	31 %	38 %

$IP = 30,07$ (méd.) $C_{int} = 0$	Sem intervenção do FMI	Com acordos pontuais	Com carta de intenções
Com PS no Governo	54 %	66 %	74 %
Sem PS no Governo	36 %	48 %	55 %

Conclusões

1 — A leitura dos resultados e a sua transposição para o nosso modelo deverão revestir-se de cuidados particulares devido às numerosas simplificações feitas quer no estabelecimento das relações a estimar quer na construção das variáveis exógenas.

2 — Podemos dizer que os testes feitos permitem aferir a verosimilhança de duas importantes ligações de modelo: $ER \rightarrow SPR$ e $SPR \rightarrow PE$, sem, no entanto, permitir abordar todo o desenrolar deste.

3 — O aprofundamento desta via de análise exige, para além da melhoria da nossa base de dados, a realização de estudos parcelares nas diversas áreas das ciências sociais e o desenvolvimento de uma metodologia que permita modelizar e testar as interligações daquelas disciplinas.

4 — As técnicas de modelização matemática e estimação econométrica poderiam ser enriquecidas através de ajustamento de modelos não lineares,

consideração de erros nas variáveis, utilização de modelos PROBIT/LOGIT ou de estimação simultânea.

5 — Como aspectos concretos a desenvolver referimos:

- i) *Os grupos de pressão.* — Tratar-se-á de *identificar* os principais grupos de pressão, *analisar* os seus objectivos e tipificar os meios de acção que utilizam;
- ii) *Os fluxos de informação e os eleitores.* — Tratar-se-á, por um lado, de analisar o processo de filtragem de informação realizado pelos partidos, grupos de pressão e Governo e, por outro lado, de avaliar qual a informação relevante para os eleitores e como estes a transformam em intenções de voto ou em votos efectivos;
- iii) *A formulação da política económica desejada.* — Tratar-se-á de explicitar a função de preferência do Governo e as relações desta com os modelos subjacentes aos partidos.

ANEXO I

Critérios de delimitação dos períodos políticos

Período	Número de meses	Datas limites	Critérios
1	3	1- 8-1976 a 31-10-1976	Demissão MAP (Lopes Cardoso).
2	4	1-11-1976 a 28- 2-1977	1.ª missão do FMI.
3	2	1- 3-1977 a 30- 4-1977	Discurso do PR de 25-4.
4	4	1- 5-1977 a 31- 8-1977	Relatório do FMI.
5	3	1- 9-1977 a 30-11-1977	Queda do I Governo (PS-Soares).
6	2	1-12-1977 a 31- 1-1978	Posse do II Governo (PS/CDS-Soares).
7	3	1- 2-1978 a 30- 4-1978	Projecto carta de intenções FMI.
8	3	1- 5-1978 a 31- 7-1978	Queda do II Governo (PS/CDS-Soares).
9	4	1- 8-1978 a 30-11-1978	Formação do IV Governo (Presidencial-Mota Pinto).
10	4	1-12-1978 a 31- 3-1979	OGE não aprovado.
11	3	1- 4-1979 a 30- 6-1979	Queda do IV Governo (Presidencial-Mota Pinto).
12	2	1- 7-1979 a 31- 8-1979	Formação do V Governo (Presidencial-Pintassilgo).
13	4	1- 9-1979 a 31-12-1979	Formação do VI Governo (AD-Sá Carneiro).
14	4	1- 1-1980 a 30- 4-1980	Conflito Governo-Presidente.
15	5	1- 5-1980 a 30- 9-1980	Eleições legislativas.
16	2	1-10-1980 a 30-11-1980	Reeleição de Eanes.
17	2	1-12-1980 a 31- 1-1981	Formação do VII Governo (AD-Balsemão).
18	3	1- 2-1981 a 30- 4-1981	Proposta de revisão constitucional da AD.
19	4	1- 5-1981 a 31- 8-1981	Formação do VIII Governo (AD-Balsemão).
20	5	1- 9-1981 a 31- 1-1982	Greve geral.
21	3	1- 2-1982 a 30- 4-1982	Acordo AD/PS sobre revisão constitucional.
22	3	1- 5-1982 a 31- 7-1982	Revisão constitucional concluída.
23	4	1- 8-1982 a 30-11-1982	Eleições autárquicas.
24	3	1-12-1982 a 28- 2-1983	Fim da AD.
25	3	1- 3-1983 a 31- 5-1983	Formação do IX Governo (PS/PSD-Soares).

Legenda: MAP — Ministério da Agricultura e Pescas; FMI — Fundo Monetário Internacional; PR — Presidente da República; PS — Partido Socialista; CDS — Partido do Centro Democrático Social; OGE — Orçamento Geral do Estado; AD — Aliança Democrática (PSD, CDS, PPM); PSD — Partido Social-Democrata; PPM — Partido Popular Monárquico.

ANEXO 2

Critérios de construção do indicador político

Grau de conflitualidade no seio do Governo	Grau de constrangimento do Governo pela Assembleia da República	Grau de civagem no partido no poder	Valor do indicador
Não há conflitos internos	Governo maioritário	Liderança incontestada . . .	1
Conflitos internos	Coligação estratégica maioritária.	Liderança contestada sem bloqueio.	2
Demissões individuais	Coligação táctica maioritária	Liderança contestada com bloqueio.	3
Remodelações	Governo minoritário sem coligação contra.	Expulsões, demissões, ci-sões.	4
Queda ou governo de gestão.	Governo minoritário com coligação contra.	Alterações na direcção . . .	5

Nota: Os critérios para o partido na oposição (POP) são idênticos aos do partido no poder.

ANEXO 3

Valores das variáveis políticas e sociais

Períodos	GOV	GAR	PPO	POP	GPE	FMI	PS	Pel
1	2	4	2	1	4,56	0	1	0
2	3	4	2	1	4,89	1	1	0
3	4	4	2	2	5	1	1	0
4	3	5	2	2	4,56	1	1	0
5	5	5	4	5	4,1	3	1	0
6	5	5	2	2	3,11	0	1	0
7	2	3	2	3	7,33	2	1	0
8	5	3	2	5	7,63	5	1	1
9	5	5	-	3,5	6,3	5	0	1
10	1	4	-	3	4,56	5	0	1
11	5	5	-	2	4,82	5	0	1
12	5	3	-	1,5	4,78	0	0	2
13	3	-	-	2,5	3,67	0	0	2
14	1	2	1	3	7,56	0	0	2
15	1	2	1	3	7,44	0	0	2
16	1	2	1	5	6,78	0	0	2
17	5	2	5	5	4,67	0	0	0
18	2	2	2	3	3,89	1	0	0
19	5	2	3	2	3,78	3	0	0
20	1	2	2	2	3,33	2	0	0
21	3	2	2	2	3	0	0	0
22	4	2	2	2	2,64	0	0	0
23	3	2	5	2	2,7	0	0	1
24	5	2	3	2	2,7	0	0	2
25	5	-	2	1	3,38	0	0	2

BIBLIOGRAFIA

1 — Sobre modelos político-económicos

- FREY, Bruno S. (1978), «Politico-economic models and cycles». *Journal of Public Economics*, 9, Abril 1978, pp. 203-220.
- FREY (1979), «Politometrics of government behaviour in a democracy», *Scandinavian Journal of Economics*, vol. 81, n.º 2, 1979.
- FREY e SCHNEIDER (1981), «Recent research on empirical politico-economic models», in HIBBS e FASSBENDER, *Contemporary Political Economy — Studies on the interdependence of politics and economics*, North Holland, 1981, pp. 11-27.
- LAFAY, J.-D. (1981), «Situation économique et comportements politiques: bilan des études empiriques et analyse du cas français», 20 p. (Comunicação para o Colóquio da Associação Francesa de Ciências Económicas, Paris, Junho de 1981.)
- POMMEREHNE, W.; SCHNEIDER, F.; LAFAY, J.-D. (1981), «Les interactions entre économie et politique: synthèse des analyses théoriques et empiriques», *Revue Economique*, n.º 1, Janeiro 1981, pp. 110-162.

2 — Sobre a situação do sistema político

- O JORNAL, Julho 1976 a Dezembro 1983.
- EXPRESSO, Julho 1976 a Dezembro 1983.

3 — Sobre a política económica anunciada

- Planos para 1977, 1978, 1981.
- Grandes Opções do Plano para 1980 e 1982.
- Projecto de Grandes Opções do Plano para 1979 (14 de Fevereiro de 1979).
- OGE provisório para 1983 (18 de Fevereiro de 1983).
- Carta de intenções ao FMI de 8 de Maio de 1978.
- Programas dos governos constitucionais e respectivos debates na Assembleia da República:
- I Governo: *Diário da Assembleia da República*, de 3, 6, 7, 10, 11 e 12 de Agosto de 1976.
 - II Governo: *Diário da Assembleia da República*, de 2, 3, 9, 10, 11 e 13 de Fevereiro de 1978.
 - III Governo: *Diário da Assembleia da República*, de 8, 12, 13, 14 e 15 de Setembro de 1978.
 - IV Governo: *Diário da Assembleia da República*, de 5, 7, 9, 12 e 13 de Dezembro de 1978.
 - V Governo: *Diário da Assembleia da República*, de 14, 17, 18 e 20 de Agosto de 1979.
 - VI Governo: *Diário da Assembleia da República*, de 12, 16, 17 e 18 de Janeiro de 1980.
 - VII Governo: *Diário da Assembleia da República*, de 17, 19, 22 e 23 de Janeiro de 1981.
 - VIII Governo: *Diário da Assembleia da República*, de 15, 17, 18 e 19 de Setembro de 1981.
 - IX Governo: *Diário da Assembleia da República*, de 21, 23, 24 e 25 de Junho de 1983.
- Interpelações ao Governo sobre assuntos económicos:
- Janeiro de 1977 (PPD — sobre as medidas de austeridade): *Diário da Assembleia da República*, de 17 e 18 de Março de 1977.
 - Janeiro de 1980 (PCP, PS — sobre o aumento dos preços e as medidas de política económica): *Diário da Assembleia da República*, de 22 de Fevereiro e 5, 6 e 7 de Março de 1980.
 - Março de 1980 (PCP — sobre política social): *Diário da Assembleia da República*, de 30 de Maio e 12 e 14 de Junho de 1980.
 - Março de 1981 (UEDS — sobre a seca): *Diário da Assembleia da República*, de 20 de Fevereiro e 12 e 13 de Março de 1981.

Maio de 1982 (PS — Política económico-social do Governo): *Diário da Assembleia da República*, de 5, 17 e 18 de Fevereiro de 1982.

Outubro de 1982 (PCP — Política económica e financeira): *Diário da Assembleia da República*, de 7 e 9 de Dezembro de 1982.

4 — Sobre a política económica implementada

BANCO DE FOMENTO NACIONAL, *Boletim Mensal*.

BANCO DE PORTUGAL:

- «Legislação monetária, financeira e cambial», *Boletim Trimestral*;
Boletim Trimestral;
Relatórios anuais.

DCP, *Evolução da Situação Económica 1977-1982*, 1983.

MATEUS, Augusto «A economia portuguesa em 1980: Mitos e realidades de uma política económica de direita», *Economia e Socialismo*, n.º 55, 1981.

5 — Diversos

KIRSCHEN, «Interrelations between objectives», *Economic Policies compared — West and East*, North Holland, 1974, vol. I, cap. III.

BRITO, Paulo; CASSOLA, Nuno; DIAS, Ana Maria; PEREIRA, José Silva; SANTOS, Filomena; SILVA, João Andrade e — Um modelo político-económico para Portugal.

Os autores discutem a aplicabilidade de uma modelização político-económica à realidade portuguesa. Alterando o paradigma de Frey-Schneider, são introduzidas novas hipóteses sobre o comportamento dos agentes e sobre o processo de tomada de decisão em política económica. Utilizando o MMQ, testam-se, de forma indirecta, alguns aspectos essenciais do modelo cujos resultados confirmam a verosimilhança das relações entre economia e política, bem como entre o sistema político e a formulação da política económica. Conclui-se com sugestões para posteriores desenvolvimentos.

BRITO, Paulo; CASSOLA, Nuno; DIAS, Ana Maria; PEREIRA, José Silva; SANTOS, Filomena; SILVA, João Andrade e — A politometric model to Portugal.

The authors discuss politometric modelization with reference to portuguese reality. Changing Frey-Schneider paradigm, new hypothesis about social agents's behaviour and economic policy decision making are introduced. Some theoretical linkages specified in the model are tested in an indirect way. The results show that the modeled interactions between economics and politics are quite plausible, including those between the political system and the economic policy decision making process. To perform the tests OLS estimation and an original method of computing political phenomena are used. Shortcomings and future research programs are also presented.